

HISTORICIZANDO INTERSECCIONALIDADE: Gênero, Sexualidade e Relações Étnico Raciais

Lorena Rodrigues de Sousa¹
José Eustáquio de Brito²

Resumo

O presente artigo visa situar historicamente a temática de interseccionalidade, considerando relações étnico raciais, gênero e sexualidade no contexto da educação, mediante realização de uma pesquisa bibliográfica que integra uma pesquisa em andamento. A construção de identidades no contexto da educação em uma perspectiva interseccional que tem o objetivo de compreender as repercussões dos processos educativos na formação de identidades de jovens LGBTQIA+ negros em seus contextos de vida. A revisão bibliográfica identifica a abordagem do tema na pesquisa em educação a partir de levantamento feito junto aos Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que abordam essas questões. O texto evidencia bases teóricas fundamentais para compreensão do conceito de interseccionalidade. A partir deste trabalho tornou-se evidente, que o período entre 1960 e 1970, caracteriza-se como importante para o desenvolvimento de proposições sobre interseccionalidade, embora esse termo tenha sido criado em 1990 por Crenshaw ao refletir sobre a efetividade de políticas públicas. Observou-se que os anos de 2001 e 2003 registram a criação dos grupos de trabalho da ANPEd com foco nos temas supracitados. Nesse sentido, constata-se a relevância da investigação destes eixos temáticos para concepção dos fenômenos da formação humana na pesquisa em educação considerando a perspectiva da interseccionalidade. Constata-se ainda a necessidade do reconhecimento das identidades considerando os diferentes marcadores sociais que as compõem.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Raça; Gênero; Sexualidade, Educação.

¹ Mestranda em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Bolsista do Programa de Bolsas Institucionais de Pós-Graduação (ProBPG/UEMG).; lorena.0294973@discente.uemg.br.

² Doutor em Educação, membro do corpo permanente do PPGEDUC-UEMG, joseeustaquio.brito@uemg.br.

1 Introdução

O trabalho em questão objetiva situar historicamente a temática de Interseccionalidade, considerando relações étnico raciais, gênero e sexualidade no contexto da educação, através de uma pesquisa bibliográfica. O conteúdo a ser apresentado, faz parte da construção mais ampla, trata-se de parte de uma dissertação de mestrado do programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade Estadual de Minas Gerais, orientada por Dr. José Eustáquio de Brito, cujo nome é: “Gênero, Sexualidade e Relações Étnico Raciais: A construção de identidades no contexto da educação e uma perspectiva interseccional”.

O objetivo estabelecido para o desenvolvimento da dissertação, é de compreender as repercussões dos processos educativos na formação de identidades de jovens LGBTQIA+ negros. Tendo em vista este objetivo, constatamos como fundamental, investigar aspectos da historicização dos principais elementos da pesquisa. Sob esse viés configura-se como indispensável, discorrer sobre o contexto histórico das temáticas abordadas, no âmbito da pesquisa em educação, tendo em vista salientar referências fundamentais para discutir sobre interseccionalidade, ressaltando gênero, sexualidade e relações étnico raciais.

A escolha de investigar a respeito dessa temática, parte de inquietações minhas, falo agora enquanto pesquisadora em processo de formação no mestrado, estabeleço essa proposta de investigação, sob a orientação de Dr. Eustáquio, tendo em vista percepções construídas enquanto psicóloga e mulher lésbica, e que atua com sujeitos LGBTQIA+ negras.

A partir do desenvolvimento de ações em instituições de ensino, na clínica, percebia um silenciamento quanto a percepção das identidades tal como se apresentam, além de uma divisão de marcadores sociais identitários, como se um excluísse o outro. Questionava como isso afetava na construção das identidades dos sujeitos, principalmente jovens que é o público com o qual escolhemos trabalhar, inquietações, que surgem também a partir da experiência de minha própria identidade.

Identificamos também, a relevância dessa investigação considerando as contribuições teóricas para o contexto acadêmico, tendo em vista a lacuna identificada, a partir de outra pesquisa bibliográfica que irá compor a dissertação que vem sendo elaborada, bem como, consideramos a relevância social dessa investigação tendo em vista o contexto que estamos

inseridos, marcado por heteronormatividade e racismo, conceitos que serão salientados ao longo do texto. Sendo assim, estabelecemos um caminho para lançar luz, no que se refere a elementos que respaldam essa pesquisa.

Para tornar viável a presente proposta de investigação, estabelecemos um percurso metodológico, tendo como uma das principais fontes a ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa em Pós-graduação e Educação). Buscamos elucidar a partir da pesquisa bibliográfica, quando e por quem temáticas começaram a ser introduzidas na ANPEd, considerando Grupos de Trabalho que abordam Relações Étnico Raciais e Gênero Sexualidade.

Haja vista o reconhecimento da centralidade do conceito de Interseccionalidade nestas investigações, procuramos estabelecer interlocução e colocar em evidência bases teóricas fundamentais para compreensão do conceito, tendo como principal referência o livro: Interseccionalidade de Patrícia Hill Collins & Sirma Bilge (2021), a partir do qual buscamos compreensão sobre a criação do termo e o que precedeu sua construção, além de salientar como o conceito vem sendo incorporado no contexto atual.

2 Historicizando Interseccionalidade

Um conceito fundamental, para compreensão histórica acerca das pesquisas que envolvem, gênero, raça, classe, sexualidade e outros marcadores sociais que compõe a identidade dos sujeitos, é o de Interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Kimberlé Crenshaw (2002, p.177).

Embora este termo tenha recebido a nomeação por Crenshaw, publicado originalmente em inglês em 1991, no artigo “Mapping the Margins”, as discussões sobre esta pauta, não começam a partir deste ponto Collins & Bilge (2021). O discurso “Por acaso eu não sou uma mulher?” de Sojourner Truth mulher negra, abolicionista, feminista, que já foi escrava, ocorreu em 1851, é reconhecido como “uma referência para sensibilidade interseccional.”. Seu discurso foi realizado para uma plateia de mulheres brancas Collins & Bilge (2021, p.93).

Através desse discurso, podemos constatar como esses eixos de subordinação, reconhecidos por Crenshaw (2002), já atravessavam as identidades, que sofrem com as

desigualdades dos sistemas de opressão, que estão presentes historicamente no contexto social, conforme podemos perceber através da fala de Soujourner Truth em 1851 Collins & Bilge (2021).

As autoras Collins & Bilge (2021, p.90), apontam os anos de 1960 e 1970 como relevantes para o desenvolvimento de proposições fundamentais da interseccionalidade. A relevância do período, fica evidente também no contexto brasileiro, uma vez que, em 1975 ocorreu o “Manifesto das Mulheres Negras no Congresso das Mulheres Brasileiras” apresentado por mulheres negras brasileiras, no início da “Década das Mulheres” promovido pela Organização Nacional das Nações Unidas. O manifesto “chamou atenção para como a vida das mulheres negras no trabalho, família, na economia era moldada por gênero, raça e sexualidade” Collins & Bilge (2021, p. 39).

Através das investigações de Collins & Bilge (2021) nota-se uma mobilização histórica que reconhece como estes elementos investigados, compõe a identidade dos sujeitos, e repercutem em seus contextos de vida, na formação de suas identidades. Ainda se ressalta, o fato de o manifesto ter sido articulado por mulheres negras brasileiras, bem como o fato de que essa mobilização e perspectivas, apontadas pelas mulheres negras que compunham o manifesto, ocorreu antes do termo Interseccionalidade ser nomeado.

Desde modo é inegável o fato que, mulheres negras tem protagonismo nesses estudos e lutas, nesse sentido questionamos se por acaso, elas não estivessem nesse contexto, essas discussões estariam sendo pautadas. E do mesmo modo, que levantamos esse questionamento no contexto acadêmico e de pesquisa, podemos refletir sobre suas construções no contexto da formação humana. Nessa ótica, evocamos Gloria Ladson-Billings (2008), que sustenta que quando não se reconhece as características étnico raciais do aluno é o mesmo que não enxergá-lo, e propomos a ampliação dessa percepção, considerando também gênero, sexualidade, classe, ou seja, não é possível enxergar o sujeito em formação sem considerar as intersecções que compõe suas identidades.

Diante desses históricos, podemos também ressaltar perspectivas de Guacira Lopes Louro (2014), reforçando que, sujeitos são perpassados por marcadores de gênero, etnia, classe, sexualidade, e que essas múltiplas identidades se interferem, se articulam, provocando deste modo distintas posições. Assim sendo é possível entender que, se os sujeitos se encontram em

posições distintas, suas vivências, necessidades, sua formação, estarão atravessadas por essas posições.

Corroborando com as perspectivas supracitadas, salientamos as contribuições sustentadas pelo no Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (2020), ao elucidar que é possível utilizar o conceito de Interseccionalidade, para explicitar que esses eixos de dominação atuam de forma associada, interligada, de modo que organizam não só as experiências dos sujeitos, mas sim, todo funcionamento de uma sociedade, haja vista o reconhecimento dos eixos de dominação, com racismo, machismo, heteronormatividade. Objetivando tornar compreensível os conceitos citados, explicitamos as contribuições de Audre Lorde:

Racismo: A crença na superioridade inerente a uma raça sobre todas as outras, o que implicaria seu direito à dominância.

Machismo: A crença na superioridade inerente a um sexo, o que implicaria seu direito à dominância.

Heteronormatividade: A crença de superioridade inerente a um padrão de amor, o que implicaria seu direito à dominância. (LORDE, 2020, p. 57)

Para elucidar sobre essas construções acerca da Interseccionalidade, salientamos a fala de Audre Lorde citada por ASIS (2019), em que torna explícito, os eixos de subordinação que atravessam as identidades dos sujeitos, e através da sua fala podemos refletir, sobre as repercussões desses marcadores sociais em suas identidades:

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e centenas de outras mulheres negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são negros. Não há hierarquias de opressão. (LORDE, 1984, p.7, Apud. ASIS, 2019, p. 17)

A partir da fala do trecho supracitado, fica elucidado a importância do reconhecimento de como os eixos de opressão operam de forma conjunta. Todavia, encontra-se dificuldades em obter dados que reconhecem a interseccionalidade nas estatísticas, e com isso nós deparamos com dificuldades em dimensionar a realidade das identidades marcadas por diferentes eixos de subordinação. Como denuncia a professora, doutora, travesti, preta Megg Rayara Gomes de Oliveira:

Quando esse mesmo movimento (Movimento Negro) denuncia o genocídio da juventude negra do sexo masculino, não há uma preocupação em se fazer um

recorte por orientação sexual e/ou identidade de gênero confirmando que as múltiplas violências que atingem à população negra seriam motivadas pelo racismo. (OLIVEIRA, 2018, p. 174)

Observa-se a partir dessas discussões, como o conceito de interseccionalidade, se configura como potente e necessário para o desenvolvimento de pesquisas que estabelecem relação com identidades. Haja vista que, a partir do momento que se conhece, de fato, às vivências e identidades dos sujeitos, e se reconhece os sistemas de opressão nos quais são inseridos, torna-se possível estabelecer estratégias para intervenção e rompimento desses eixos de subordinação.

Contudo para isso, é preciso enxergar os sujeitos em formação conforme salienta Ladson-Billings (2008). É necessário fazer com que estejam presentes estatísticas não somente às características étnico raciais, ou de gênero, ou de sexualidade, uma vez que todos esses marcadores compõe as identidades dos sujeitos, conforme Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018).

É preciso reconhecer também, de acordo com o que explana o Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (2020), que sistemas de opressão, estão estruturados no contexto social, de modo que, não se trata de uma questão somente identitária, ou subjetiva, mas sim uma questão que está nas estruturas da sociedade, na qual os sujeitos irão se formar e estabelecer suas vivências.

3 Gênero, Sexualidade e Relações Étnico Raciais na ANPEd

Dando continuidade as discussões propostas, pretendemos neste tópico elucidar como e por quem as pesquisas sobre as temáticas de gênero, sexualidade, e relações étnico raciais, começaram a ser exploradas na educação, tendo como referência a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

A associação “foi fundada em 16 de março de 1978, e atua de forma decisiva e comprometida nas principais lutas pela universalização e desenvolvimento da educação no Brasil.” ANPEd (2012, online). Trata-se de:

Uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação stricto sensu em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área. Ela (a ANPEd) tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social. ANPEd (2012, online)

Haja vista o reconhecimento da relevância da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, para pesquisa em Educação no Brasil, buscamos elucidar como estes temas, explorados neste artigo, foram sendo inseridos no contexto da pesquisa acadêmica a partir desse espaço. Para isso, buscamos elucidar o histórico de dois Grupos de Trabalho na ANPEd, que abordam Gênero e Sexualidade, e Relações Étnico Raciais no contexto da Educação. Os Grupos de Trabalhos são definidos como:

Instâncias de aglutinação e de socialização do conhecimento produzidos pelos pesquisadores da área de educação. São 23 (atualmente 24) GTs temáticos, que congregam pesquisadores de áreas de conhecimento especializadas. Além de aprofundar o debate sobre interfaces da Educação, definem atividades acadêmicas das Reuniões Científicas Nacionais da ANPEd. (ANPEd, s.d., online)

A partir dessa definição, fica ilustrada a relevância dos Grupos de Trabalhos, sendo que, a partir das atividades acadêmicas das Reuniões Científicas Nacionais da ANPEd, são produzidos materiais alinhados com temáticas dos GTs, conteúdos esses que são importantes fontes sobre pesquisas em Educação que vem sendo produzidas Brasil.

Assim sendo, começamos a buscar conhecer mais sobre o GT 23: Gênero, Sexualidade e Educação. Nesse Grupo de Trabalho, salientamos o destaque das contribuições da professora Guacira Lopes Louro, já citada ao longo do texto, a professora e autora, é referência nos estudos de gênero, sexualidade e educação. Ela foi escolhida para ocupar o cargo de coordenadora do Grupo de Estudos GE 23 Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd em 2003 na 26ª reunião nacional. Após dois anos a proposição do GE se transformou em GT Grupo de Trabalho (ANPEd, 2005).

Atualmente no GT 23 Gênero, Sexualidade e Educação encontram-se produções relacionadas à essa temática de pesquisa. Embora tenha-se estabelecido inicialmente o GE (Grupo de Estudos) em 2003 e posteriormente GT (Grupo de Trabalho) no ano de 2005, existe o reconhecimento, que, as pesquisas sobre essa pauta iniciaram antes desse período:

Desde o final dos anos 70 do sec. XX, uma ampla, complexa e profícua produção acadêmica vem ressaltando a impossibilidade de se ignorarem relações de gênero e sexualidade quando se busca analisar e compreender questões sociais e educacionais. ANPEd (2005).

Podemos ressaltar ainda que, a criação do Grupo foi mobilizada por um grande número de pesquisadores, docentes e estudantes, apoio explicitado contanto com cerca de 500

assinaturas apresentadas na 26ª Reunião Anual da Associação ANPEd (2005). “A rede de estudiosos/as e pesquisadores/as que já há vários anos, ensaiava contatos menos formais no âmbito da Anped ganhava agora um espaço privilegiado.” ANPEd (2005, online). A partir deste histórico podemos ter uma certa dimensão das diversas estratégias elaboradas, por essas pesquisadoras e pesquisadores, para alcançar o espaço, agora legitimado através do GT.

Entretanto, quando observamos o contexto atual, marcado por ataques às pesquisas sobre gênero, diante das tentativas de descaracterizá-las como ciência, como elucida Jasmine Moreira (2017) sobre os movimentos de grupos conservadores, que conseguiram retirar a palavra “Gênero” e “Sexualidade” do Plano Nacional de Educação (PNE). Percebemos que este ainda é um espaço de disputa e existem tentativas de promover retrocessos nesse âmbito, o que reforça a importância das pesquisas evidenciadas no GT, que promovem conhecimento com respaldo científico.

No que se refere ao GT 21 Relações Étnico Raciais e Educação, o Grupo de Trabalho foi criado, de forma oficial na gestão da professora Dra. Nilda Alves, na 24ª Reunião Anual da ANPEd, no ano de 2001. Todavia, desde 1996 a ANPEd, já contava com a presença de intelectuais negros (os) e não negros (as) que atuavam desenvolvendo pesquisas sobre teorias e epistemologias étnico-raciais e indígenas (ANPEd 2001, online).

Conforme está explicitado no histórico que precede a criação do GT, ressaltam que “Ainda, que os demais GTs fossem receptivos ao tema, às questões de interesse particular da educação e da população afro-brasileira não tinham o destaque necessário.” ANPEd (2001, online). Para tornar viável esse espaço legitimado dentro do contexto da pesquisa em educação, destaca-se a realização de:

Um levantamento e análise de documentos e informações disponíveis na base de dados da ANPEd, indiquem que, ao longo de sua existência, vários foram os GTs que concederam abrigo institucional a pesquisadoras/es da área de Relações Étnico-Raciais e Educação dos Afro-brasileiros. A análise dos dados disponíveis aponta, também, na direção da precaridade desse abrigo. Caso a participação dessas/es pesquisadoras/es se ampliasse, os próprios GTs corriam risco de perderem sua caracterização específica enquanto Grupo de Trabalho, âmbito da Associação (ANPEd, 2001, online).

Haja vista o reconhecimento desse processo histórico da criação do GT 21, nota-se que, embora se reconheça a existência de pesquisas antecedam sua criação, ainda se encontravam em um lugar sem destaque, tendo que adentrar aos poucos através de outros GTs. Em ambos os

casos da criação dos GTs 21 e 23 é possível perceber também a intensa mobilização para alcançar este espaço oficial.

Tendo em conta a importância desses GTs, e pensando no contexto da formação humana no âmbito escolar, ressaltamos alguns dados sobre como essas temáticas tem se apresentado nas escolas. Conforme o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, 26,1% das escolas tinham projetos temáticos sobre homofobia, 15,8% tinham projetos temáticos sobre machismo, 35,9 % tinham projetos temáticos sobre desigualdade, e 48% tinham projetos temáticos envolvendo relações étnico raciais/racismo. No que se refere à pauta racial uma comparação citada pela CNN BRASIL (CORRA, 2021, online), aponta que, entre 2013 e 2017, mais de 70% das escolas tinham projetos nessa modalidade (TODOS PELA EDUCAÇÃO 2021, p. 117).

Observa-se o um declínio de projetos em relação as temáticas de relações étnico raciais, e os números de projetos que abordam homofobia, machismo, que ocorrem em bem menos da metade das escolas. Dados que reforçam a importância da pesquisa no âmbito da educação envolvendo as temáticas aqui explicitadas. E a relevância como Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) já citou, de promover estatísticas que possam reconhecer essas identidades compostas por diferentes marcadores sociais.

É possível ressaltar ainda a importância desses Grupos de Trabalho, que após intensas mobilizações alcançaram esse lugar na pesquisa em Educação, e através das suas produções garantem visibilidade, e conhecimentos fundamentais para o avanço dessas pautas. No GT (21), inclusive, é possível encontrar o artigo de Eunice Lea de Moraes (2019) que também aborda interseccionalidade, e foi utilizado como referência para construção dessa pesquisa.

4 Conclusões

O processo de investigação sobre a historicização do termo “Interseccionalidade”, possibilitou elucidar que, embora sua nomeação tenha chegado na década de 90, os históricos que precederam são antecedentes à essa época, destacando o marco discurso de Sojourner Truth que ocorreu em 1851 Collins & Bilge (2021).

Além disso, constatou-se o protagonismo das mulheres negras nas construções sobre interseccionalidade, inclusive mulheres negras brasileiras, que entre 1960 e 1970 já reconheciam às repercussões dos aspectos de gênero, raça, classe e sexualidade que moldavam suas experiências no contexto econômico, de trabalho, no contexto familiar Collins & Bilge (2021).

Observamos que o conceito, além de reconhecer as intersecções de gênero, raça e classe, também lança luz sobre outros marcadores sociais que compõe as identidades dos sujeitos. E a partir de referências como o Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (2020) e Audre Lorde (2020) podemos visualizar que, a interseccionalidade, reconhece eixos de subordinação instaurados nas estruturas da sociedade, como racismo, machismo, heteronormatividade.

Pensando na importância da interseccionalidade no contexto da educação, consideramos a ampliação da constatação de Ladson-Billings (2008), reconhecendo com base nos estudos de interseccionalidade que, só é possível enxergar o aluno a medida em que se enxerga os marcadores que compõe suas identidades.

A partir do acesso aos Grupos de Trabalho da ANPEd, especificamente o GT 23 Gênero Sexualidade e Educação, e o GT 21 Relações Étnico Raciais e Educação, foi possível conhecer um breve histórico sobre as mobilizações que precedem a criação desses grupos, bem como a relevância dos mesmos para presente pesquisa, para sociedade, para educação e formação humana. Ressalta-se o fato de que, pesquisas sobre às temáticas abordadas, já ocorriam antes da criação dos GTs oficiais, todavia, foram necessários estudos e mobilizações de assinaturas de pesquisadores para consolidar a criação dos grupos e garantir a eles um lugar oficial.

No geral, destacamos que essas perspectivas históricas, fornecem elementos para compreender inclusive o contexto atual tal como se apresenta, no qual ainda percebemos dificuldade em encontrar dados que reconheçam a interseccionalidade Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), bem como um cenário que ainda se insiste em dizer do “mito da democracia racial brasileira” Gomes (2017), ou deslegitimar às produções sobre gênero e sexualidade no contexto da educação Moreira (2017).

Referências:

ANPED. Caxambu, **24º Reunião Anual**. 2001. GT 21. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho/gt21-educa%C3%A7%C3%A3o-e-rela%C3%A7%C3%B5es-%C3%A9tnico-raciais>. Rio de Janeiro. Acesso em: 15 jan. 2022.

ANPED. Caxambu, **28º Reunião Anual**. 2005. GT 23. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho/gt23-g%C3%AAnero-sexualidade-e->

[educa%C3%A7%C3%A3o](#) Rio de Janeiro. Acesso em: 15 jan. 2022.

ANPED. **Sobre a ANPEd**. Estatuto da ANPEd 2012. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sobre-anped>. 2012. Acesso em: 20 de out. 2022.

ANPED. **Grupos de Trabalho**. Rio de Janeiro. S.D. Disponível em: <https://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho>. Acesso em: 20 de out. 2022.

ASIS, Dayane N. Conceição de. Interseccionalidades / Dayane N. Conceição de Assis. - Salvador: UFBA, **Instituto de Humanidades, Artes e Ciências**; Superintendência de Educação a Distância, 57 p., 2019.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE. Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo. Boitempo. 1-287. 2021.

CORRA. Daniel. **CNN BRASIL**. Combate ao Racismo e a Homofobia tem pouco espaço nas escolas, diz relatório. Publicado em: 13 ago. 2021. São Paulo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/combate-ao-racismo-e-homofobia-tem-pouco-espaco-nas-escolas-diz-relatorio/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 171-188, jun. 2002. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&nrm=iso. acessos em 02 fev. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS; Porto, Isaac. Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Rio de Janeiro: **Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos**, 2020.

LADSON-BILLINGS. Gloria; **Os guardiões de sonhos – O**

ensino bem-sucedido de crianças afro-americanas. Tradução: Cristina Antunes.(Coleção Cultura Negra e Identidades) Belo Horizonte . Editora Autêntica. 200 p. 2008.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider.** Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte. Autêntica. 1. Ed. 1. Reimp. p. 1- 237

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação Uma perspectiva pós estruturalista.** 16. Ed. Petrópolis; RJ: Vozes, 2014. 8ª reimpressão 2020.

MORAES, Eunice Lea de. Mulheres negras: luta, resistência e libertação. In: Educação e Relações Étnico Raciais. **39ª Reunião Nacional da ANPEd.** Niterói-RJ 2019. Disponível em: <http://39.reuniao.anped.org.br/wpcontent/uploads/sites/3/trabalhos/4553TEXTO PROPOSTA CO MPLETO.pdf>. Acesso em 30/07/2021

MOREIRA. Jasmine. Impactos da ‘ideologia de gênero’ na geração de Políticas Educacionais para a população LGBT. In: Gênero, Sexualidade e Educação. **38ª Reunião Nacional da ANPEd.** São Luís - MA. 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT_23_674.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA. Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos.** 167-179. 2018.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021.** Moderna. São Paulo. 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em 16 jan. 2022.